



---

<b>III.1</b>	<b>LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICADA.....</b>	<b>3</b>
III.1.1	ESFERA FEDERAL .....	3
III.1.2	ESFERA ESTADUAL .....	16
III.1.3	ESFERA MUNICIPAL .....	21



### **III.1 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICADA**

O objetivo do presente item é apresentar as principais considerações acerca da legislação sobre o meio ambiente, tendo em vista as características do processo de licenciamento ambiental para a implantação de duas unidades no COMPERJ: a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) e a Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes (ULUB).

A seguir, os subitens trazem as questões de maior relevância para o presente Estudo de Impacto Ambiental. Procura-se abordar, em primeiro lugar, as normas federais, seguidas pelas estaduais e municipais. Em cada esfera, destacam-se os aspectos que têm ligação mais direta com o processo de licenciamento do empreendimento para, em seguida, serem abordadas outras normas que podem influenciar sua implantação e operação. Por último, apresentam-se os atos internacionais (dos quais o Brasil é signatário) que têm relação com o empreendimento.

#### **III.1.1 ESFERA FEDERAL**

##### **III.1.1.1 *Licenciamento ambiental***

Em consonância com o Artigo 8º da Lei Complementar nº 140/11, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do *caput* e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora, e altera a Lei Federal nº 6.938/81 (que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente), o empreendimento em estudo será licenciado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) do Estado do Rio de Janeiro. A matéria da competência pelo licenciamento também era tratada pela Resolução CONAMA nº 237/97.

A Resolução CONAMA nº 006/86 aprova os modelos de publicação de pedidos de licenciamento em quaisquer das suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova os novos modelos para publicação de licenças, conforme instruções que especifica. As audiências públicas devem seguir disposições da Resolução CONAMA nº 009/87. Já as auditorias ambientais têm seus requisitos mínimos e termos de referência estabelecida pela Resolução CONAMA nº 306/02 (alterada pela Resolução nº 381/06).

A Resolução CONAMA nº 006/87 estabelece regras para o licenciamento ambiental de obras de grande porte, especialmente do setor de exploração, geração e distribuição de energia elétrica. Observe-se, ainda, a Resolução CONAMA nº 378/06, que define os empreendimentos causadores de impacto.

### **III.1.1.2 Regulamentação específica da atividade**

A Política Energética Nacional foi tratada especialmente pela Lei Federal nº 9.478/97 (e alterações). A Lei Federal nº 11.909/09, por sua vez, dispõe sobre atividades de transporte, tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.382/2010. A Lei Federal nº 12.351/10 dispõe sobre exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, em regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e áreas estratégicas e cria o Fundo Social.

A Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 002/01 aprovou o Regulamento Conjunto de Resoluções de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.

A Portaria nº 404/09, do Ministério de Minas e Energia (MME), estabelece os procedimentos para aprovação de projetos de dutovias de escoamento, de transferência, de transporte de petróleo, gás natural, derivados de petróleo e de gás natural ou biocombustíveis e de dutovias de distribuição dos serviços locais de gás canalizado, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), este último instituído pela Lei nº 11.488/07.

A Resolução ANP nº 003/07 estabelece mecanismos para acompanhamento da situação de licenciamento ambiental das atividades de desenvolvimento e produção aprovadas pela ANP, cuja execução está condicionada à obtenção prévia de licença ambiental. A NBR 15.512 trata de armazenamento, transporte, abastecimento e controle de qualidade de biodiesel e/ou mistura de óleo diesel/biodiesel.

Destacam-se, ainda, as portarias da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que regulamentam aspectos específicos da atividade em estudo. A **Tabela III.1.1.2-1** faz referência às Portarias e Resoluções que o empreendedor deve ter em mente durante a implantação e a operação da atividade.

**Tabela III.1.1.2-1 – Portarias e Resoluções ANP**

<b>Número</b>	<b>Assunto</b>
<b>Resolução nº 005/12</b>	Regula a atividade de formulação de combustíveis, que abrange a construção, modificação, ampliação de capacidade e operação de plantas de formulação de combustíveis, condicionada à prévia e expressa autorização da ANP.
<b>Resolução nº 070/11</b>	Disciplina o estacionamento de veículos transportadores de recipientes transportáveis de GLP cheios, parcialmente utilizados e vazios, no interior de imóvel onde exista área de armazenamento para recipientes transportáveis de GLP, a fim de resguardar as condições mínimas de segurança.
<b>Resolução nº 008/11</b>	Regulamenta os Programas de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), de Lubrificantes (PMQL) e de Aditivos (PMQA).

Número	Assunto
<b>Resolução nº 017/10 (com alterações)</b>	Regulamenta a atividade de processamento de gás natural, que abrange a construção, modificação, ampliação da capacidade e operação de unidades de processamento de gás natural, condicionada à prévia e expressa autorização da ANP.
<b>Resolução nº 044/09</b>	Estabelece o procedimento para comunicação de incidentes, a ser adotado pelos concessionários e empresas autorizadas pela ANP a exercer atividades da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como distribuição e revenda.
<b>Resolução nº 020/09</b>	Estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado e a sua regulação.
<b>Resolução nº 019/09</b>	Estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de re-refino de óleo lubrificante usado ou contaminado, e a sua regulação.
<b>Resolução nº 018/09</b>	Estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de produção de óleo lubrificante acabado, e a sua regulação.
<b>Resolução nº 016/08</b>	Estabelece a especificação do gás natural, nacional ou importado, a ser comercializado no território nacional.
<b>Resolução nº 043/07</b>	Institui o Regime de Segurança Operacional para as Instalações de Perfuração e Produção de Petróleo e Gás Natural.
<b>Resolução nº 041/07, Republicada no DOU em 17/6/2010</b>	Regulamenta a atividade de distribuição de Gás Natural Comprimido (GNC) a Granel, a realização de Projeto para Uso Próprio e de Projeto Estruturante.
<b>Resolução nº 003/07</b>	Adota as definições da Lei Federal nº 9.478/97.
<b>Resolução nº 030/06</b>	Adota a NBR 17.505 – Armazenagem de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis – para autorização de construção ou de operação, bem como quando da ampliação ou regularização das instalações destinadas ao armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis.
<b>Portaria nº 234/03</b>	Aprova o Regulamento que define o procedimento de imposição de penalidades.
<b>Portaria nº 081/99</b>	Dispõe sobre o refino de óleos lubrificantes usados ou contaminados. Alterada pela Portaria ANP nº 122/99.
<b>Portaria nº 170/98</b>	Regulamenta a construção, a ampliação e a operação de instalações de transporte ou de transferência de petróleo, seus derivados ou gás natural, inclusive liquefeito, biodiesel e misturas de óleo diesel e biodiesel.

### III.1.1.3 Mudanças climáticas

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei Federal nº 12.187/09 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.390/10), estabelece padrões ambientais e metas para a redução de emissões antrópicas por fontes e para as remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa.

A Política incentiva à promoção e o desenvolvimento de pesquisas e a difusão de tecnologias, processos e práticas que minimizem a mudança do clima por meio da redução de emissões humanas e por sumidouros de gases de efeito estufa. Especial atenção deve ser dada ao artigo 12 da Lei, no qual se estabelece o compromisso

nacional de ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa que abatam entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas até 2020.

#### **III.1.1.4 Ruídos e emissões atmosféricas**

Com o intuito de estabelecer estratégias para o controle, preservação e recuperação da qualidade do ar no território nacional, conforme previsto na Lei nº 6.938/81, a Resolução CONAMA nº 005/89 instituiu o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar, dando definições e diretrizes para prevenção e gerenciamento.

A Resolução CONAMA nº 003/90 estabelece padrões de qualidade do ar, métodos de amostragem e análise dos poluentes atmosféricos e níveis de qualidade atinentes a um Plano de Emergência para Episódios Críticos de Poluição do Ar. De acordo com esta norma, o órgão ambiental estadual deve monitorar a qualidade do ar, e fornecer diretrizes aos municípios para a adoção de padrões de qualidade e classificação de áreas.

O órgão ambiental também é responsável pelo desenvolvimento de Planos para situações emergenciais de qualidade do ar. Quanto a fontes fixas, a Resolução CONAMA nº 382/06 estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas (mesma temática da Resolução CONAMA nº 008/90, que se aplica a processos de combustão externa em novas fontes fixas de poluição).

A emissão de ruídos, conforme a Resolução CONAMA nº 001/90, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política, obedecerá, no interesse da saúde e do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos nas NBR 10.151 e 10.152, Normas Técnicas da ABNT que fixam índices aceitáveis aos ruídos, visando ao conforto da comunidade e à proteção da saúde. Também se observa a NBR 12.019, que trata de efluentes gasosos em dutos e chaminés de fontes estacionárias (determinação de material particulado).

#### **III.1.1.5 Recursos hídricos e lançamento de efluentes**

O Código de Águas foi criado pelo Decreto nº 24.643/34. O Código de Águas Minerais foi trazido por efeito do Decreto-Lei Federal nº 7.841/45. Atualmente, a gestão nacional dos recursos hídricos é realizada pela Agência Nacional de Águas (ANA), que implementa a Política Nacional de Recursos Hídricos, articulada com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Lei nº 9.984/00).

Este último, segundo o Artigo 33 da Lei nº 9.433/97, é integrado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, pela própria ANA, pelos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, pelos órgãos públicos competentes pela gestão de recursos hídricos e pelas Agências de Água. A Resolução CNRH nº 015/01 dispõe sobre a implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos. A Resolução CNRH nº 058/06 aprovou o





Plano Nacional de Recursos Hídricos. Já a Resolução CNRH nº 092/08 estabeleceu critérios e procedimentos gerais para a proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro.

A concessão de outorgas de direito de uso, tanto para captação quanto para lançamento de efluentes, baseiam-se na observação dos recursos hídricos que a atividade utilizará.

A Resolução CNRH nº 109/10 cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União e estabelece procedimentos para acompanhamento dos comitês de bacia.

A Resolução CNRH nº 91/08 dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos. A Resolução CONAMA nº 357/05, alterada pela Resolução nº 397/08 e pela Resolução nº 430/11, classifica em treze classes as águas doces, salobras e salinas, segundo seus usos preponderantes, estabelecendo os padrões de qualidade exigíveis, padrões para emissão de efluentes e vedações de uso para cada classe. A Resolução CONAMA nº 396/08 trata da classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas. Para concessão de outorgas, tanto para captação, quanto para lançamento de efluentes, devem ser observados os usos permitidos para os recursos em questão.

A Portaria MS nº 518/04 estabelece procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

#### **III.1.1.6      *Resíduos e qualidade dos solos***

A Resolução CONAMA nº 002/91 dispõe sobre as cargas deterioradas, contaminadas, fora de especificação ou abandonadas. Estas deverão ser tratadas como fontes potenciais de risco para o meio ambiente, até que o órgão ambiental competente se manifeste.

Já a Resolução nº 006/91 do mesmo órgão desobriga a incineração ou qualquer outro tratamento de queima dos resíduos sólidos provenientes dos estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos, ressalvados os casos previstos em leis e em acordos internacionais.

O código de cores para os diferentes tipos de resíduos, adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva, foi estabelecido pela Resolução CONAMA nº 275/01. A Resolução CONAMA nº 313/02 especifica que no processo de licenciamento ambiental os resíduos gerados deverão ser objetos de controle específico. A Resolução CONAMA nº 316/02 dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos.

Já a Resolução CONAMA nº 005/93 trata especificamente do gerenciamento e tratamento de resíduos de serviço de saúde, de modo a abordar o correto procedimento ambulatorial. Destaca-se, ainda, a Portaria Interministerial nº 053/79, que dispõe sobre o tratamento e a gestão de resíduos.

Deve ser observada, ainda, a Resolução CONAMA nº 307/02, (com alteração dada pela Resolução CONAMA nº 431/11) que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Devem ser submetidos, anualmente, ao órgão ambiental estadual, inventários de resíduos industriais, incluindo seu plano de disposição final por empresas especialmente contratadas e devidamente licenciadas. Já a Resolução CONAMA nº 362/05 dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

A Resolução CONAMA nº 358/05 dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde. A Resolução CONAMA nº 001-A/86 estabeleceu normas gerais relativas ao transporte de produtos perigosos.

O Decreto Federal nº 5.940/06 instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Entre as Normas da ABNT, deve ser observada a NBR 10.004, que trata da classificação dos resíduos sólidos. Além disso, figuram a NBR 7.500 (símbolo de risco e manuseio para transporte e armazenamento de materiais), a NBR 7.501 (transporte de produtos perigosos), a NBR 7.503 (ficha de emergência para transporte de produtos perigosos), a NBR 12.235 (armazenagem de resíduos sólidos perigosos), a NBR 11.174 (armazenamento de resíduos), a NBR 13.221 (transporte de resíduos), a NBR 12.808 (classificação de resíduos de serviços de saúde) a NBR 12.810 (coleta de resíduos de serviços de saúde), a NBR 12.807 (termos empregados em relação aos resíduos de serviços de saúde), a NBR 12.809 (condições de higiene e segurança no processamento interno de resíduos infectantes, especiais e comuns nos serviços de saúde), a NBR 12.988 (método para a verificação da presença de líquidos livres numa amostra representativa de resíduos) e a NBR 9.191 (sacos plásticos para acondicionamento de lixo).

A Portaria MJ nº 1.274/03 dispõe sobre o controle e a fiscalização de produtos químicos que ela relaciona. A Resolução ANVISA/RDC nº 306/04 dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

A Resolução nº 420/09 dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

Em agosto de 2010, com a publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/10, que também criou o Comitê Interministerial da Política e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa), foram estabelecidas as diretrizes relativas à gestão



integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos que devem ser observadas pelo empreendedor.

Conforme o Artigo 8º dessa Lei são instrumentos da Política, entre outros: os planos de resíduos sólidos; os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos; a coleta seletiva; os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implantação de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; o monitoramento e a fiscalização ambiental e sanitária; a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos; a pesquisa científica e tecnológica; a educação ambiental; o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; os conselhos de meio ambiente; o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos; e, no que couber, os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

Tendo em vista que a atividade em estudo, em situação normal de operação, é geradora de resíduos diversos, o empreendedor deve atentar às disposições dessa Política. Destaca-se que muitos dos objetivos da Política em questão já são princípios amplamente aplicados em atividades dessa natureza, como: redução, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada de resíduos, capacitação técnica sobre o assunto, entre outros. A Política também estabelece responsabilidades, obrigações e proibições que devem ser cuidadosamente analisadas quando do licenciamento, da implantação e da operação da atividade.

### **III.1.1.7 Flora e biodiversidade**

Quanto à utilização, proteção e compensação da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, deve ser observada a Lei Federal nº 11.428/06, que estabelece parâmetros básicos para análise de seus estágios de sucessão.

A Portaria MMA nº 350/06 reconhece o Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, como mosaico de unidades de conservação.

A Resolução CONAMA nº 278/01 dispõe sobre o corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica. Também é relevante a Instrução Normativa MMA 006/08, que divulga e reconhece a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção.

O Decreto Federal nº 4.339/02 instituiu princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade. De maneira harmônica, o Decreto nº 4.703/03 dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO) e a cria a Comissão Nacional da Biodiversidade. A Portaria IBAMA nº 048-N/93 criou a Rede Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente. A Portaria MMA nº 236/08 reestruturou o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO).

A Portaria nº 051/09 define as espécies arbóreas pioneiras nativas que especifica. A Resolução CONAMA nº 417/09 dispõe sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação da restinga da Mata Atlântica.

### **III.1.1.8 Áreas de preservação permanente**

A regulação sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs) tem como principais instrumentos a Lei Federal nº 12.651/12 e a Medida Provisória nº 571/12. Essa Lei Federal, recentemente publicada em 28 de maio de 2012, revogou o Código Florestal criado pela Lei Federal nº 4.771/65 e suas alterações, destacando-se a Medida Provisória nº 2166-67/01. Também estão vigentes as Resoluções CONAMA nº 303/02 e nº 369/06.

Segundo o Inciso II do Artigo 3º da Lei nº 12.651/12, APP é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

O Artigo 4º enumera os critérios para delimitação de APP: as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, com largura mínima que depende da largura dos cursos d'água; os lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima que depende da área dos lagos e lagoas; as áreas no entorno de reservatórios d'água artificiais; as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros incluindo rios ou quaisquer cursos d'água (e especifica largura mínima para cada caso); topos de morros, montes, montanhas e serras com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°; encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive; restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; entre outras formas de vegetação natural.

No mesmo sentido, a Resolução CONAMA nº 303/02 determina parâmetros, definições e limites para as APPs, incluindo também os locais de refúgio ou reprodução de aves migratórias (Artigo 3º, Inciso XIII) e de exemplares da fauna ameaçadas de extinção que constem de lista elaborada pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal (Artigo 3º, Inciso XIV).

A Resolução CONAMA nº 004/93 considera de caráter emergencial, para fins de zoneamento e proteção, todas as áreas de formações nativas de restinga (ora definida permanentemente como APP pela Lei Federal nº 12.651/12).

O Artigo 8º da Lei nº 12.651/12 determina que a supressão de vegetação em APP somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental que a mesma Lei tenha previsto em seu Artigo 3º e nas demais disposições.

A Resolução CONAMA nº 369/06 define alguns casos em que o órgão ambiental competente pode autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em APP para a implantação de obras, planos, atividades, projetos ou ações que especifica. A Instrução Normativa MMA nº 005/09 e a Resolução CONAMA nº 429/11 dispõem sobre procedimentos metodológicos para restauração e recomposição de APPs.

#### **III.1.1.9 Unidades de conservação**

A Lei Federal nº 6.513/77 (regulamentada pelo Decreto nº 86.176/81) dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico. Já a Lei nº 6.902/81 (com alterações posteriores e regulamentada pelo Decreto Federal nº 99.274/90) dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. O Decreto Federal nº 89.336/84, por sua vez, dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico. A Resolução CONAMA nº 012/89 proíbe, nessas Áreas, quaisquer atividades que possam por em risco o ecossistema.

A Lei nº 9.985/00 (e suas alterações, regulamentada pelos Decretos Federais nº 4.340/02, nº 5.566/05 e nº 6.948/09) instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e estabeleceu critérios e normas para criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UCs). Seu Artigo 36 determina que, nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambientais, assim considerados pelo órgão ambiental competente, o empreendedor deve apoiar implantação e manutenção de Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral.

O Decreto nº 4.340/02, alterado pelo Decreto nº 6.848/09, apresenta inovações para o cálculo da compensação ambiental. A nova norma modificou a aplicação da compensação ambiental alterando o que anteriormente previa o Parágrafo 1º do Artigo 36 da Lei nº 9.985/00.

As modificações trazidas pelo novo decreto referem-se ao critério para o cálculo do valor da compensação, que passou a considerar, exclusivamente, os impactos ambientais negativos sobre o meio ambiente. Definiu, também, que valor da compensação deve ficar entre 0% e 0,5%, no máximo, e não poderão ser contabilizados investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impacto. A mudança impede, ainda, que se considerem encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.

Outra novidade trazida pela norma refere-se à instituição, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, da Câmara de Compensação Ambiental, responsável por estabelecer prioridades e diretrizes, avaliar e auditar metodologia e procedimento de cálculo de compensação ambiental. Além disso, o IBAMA fica sendo o órgão responsável por estabelecer o grau de impacto, com base no EIA/RIMA, e realizar o cálculo da compensação ambiental.

O Artigo 10 da Resolução CONAMA nº 371/06 estabelece que o empreendedor deva apresentar no EIA/RIMA sugestões de Unidades de Conservação a serem beneficiadas ou criadas, considerando-se as disposições da Resolução CONAMA nº 013/90. Entretanto, com a recente publicação da Resolução CONAMA nº 428/10 (que trata do licenciamento ambiental de áreas localizadas em UCs ou em suas zonas de amortecimento), a Resolução nº 013/90 foi expressamente revogada. Dessa forma, houve mudanças significativas trazidas pela nova norma e aplicáveis ao processo de licenciamento.

A principal mudança diz respeito à definição das Zonas de Amortecimento. O parágrafo 2º do seu Artigo 1º alterou para 3 mil metros a Zona de Amortecimento de UCs que não tenham Plano de Manejo e condicionou o licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar Unidade de Conservação (UC) específica ou sua Zona de Amortecimento (ZA), à autorização do órgão responsável pela administração da UC.

Quanto ao procedimento, o Artigo 2º determina que a autorização tratada na Resolução deva ser solicitada pelo órgão ambiental licenciador. A norma prevê prazos para que o órgão licenciador e o responsável pela administração da UC se manifestem no procedimento do licenciamento ambiental.

O Decreto Federal nº 5.758/06 instituiu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). A Instrução Normativa ICMBio nº 005/09 instituiu procedimentos para a análise dos pedidos e concessão da Autorização para o Licenciamento Ambiental de atividades ou empreendimentos que afetem as unidades de conservação federais, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes.

#### **III.1.1.10     Proteção à fauna**

A fauna brasileira é objeto de proteção especial desde 1967, com a promulgação da Lei Federal nº 5.197, que instituiu o Código de Fauna. Em 1989, o Decreto Federal nº 97.633 tratou do Conselho Nacional de Proteção à Fauna.

É importante destacar a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, anexa à Instrução Normativa MMA nº 003/03, que serve de parâmetro para a avaliação de impacto frente ao diagnóstico ambiental.

Informações científicas detalhadas sobre as 627 espécies listadas por essas Instruções Normativas se encontram reunidas no Livro Vermelho das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, publicação do Ministério do Meio Ambiente.

Diz o Artigo 3º da Resolução CONAMA nº 303/02, em seus Incisos XIII e XIV, que locais de refúgio ou reprodução de aves migratórias e locais de refúgio ou reprodução de exemplares da fauna ameaçados de extinção que constem em lista elaborada pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal também são APPs.



---

### **III.1.1.11      *Uso e ocupação do solo***

As referências à legislação urbanística passam pela Lei Federal nº 6.766/79 (e alterações, especialmente da Lei Federal nº 9.785/99 e da Lei Federal nº 10.932/04), que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e pela Lei Federal nº 10.257/01 (conhecida como Estatuto da Cidade), que estabelece diretrizes da política urbana.

Cabe ainda ressaltar a Resolução Conjunta do Ministério das Cidades e do Conselho das Cidades nº 025/05, que determina a obrigatoriedade dos municípios brasileiros de elaborar seus respectivos Planos Diretores. Nomeadamente, os municípios inseridos em áreas de influência de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional, também ficam obrigados a elaborar seus Planos Diretores, segundo a alínea “c” do Inciso III do Artigo 2º da mencionada Resolução.

### **III.1.1.12      *Infrações ambientais***

No caso de infrações ambientais, aplicam-se as disposições da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais) e do Decreto Federal nº 6.514/08 (alterado pelos Decretos Federais nº 6.686/08 e nº 6.695/08), que dispõe sobre infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.

A Lei Federal nº 6.437/77 (com alterações) já configurava infrações à legislação sanitária federal, estabelecendo as sanções respectivas. A Lei nº 7.347/85 institui a Ação Civil Pública como parte do processo para se efetivar a responsabilidade por danos ao meio ambiente.

O Decreto Federal nº 4.136/02 especificou as sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas de jurisdição nacional, previstas na Lei Federal nº 9.966/00.

A Instrução Normativa IBAMA nº 014/09 (alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 027/09) regula os procedimentos para a apuração de infrações ambientais, a imposição de sanções, a defesa ou impugnação, o sistema de recursos, a cobrança de multas e a conversão destas em prestação de serviços ao meio ambiente. A Instrução Normativa ICMBio nº 006/09 também dispõe sobre a apuração de infrações ambientais.

O Decreto Federal nº 2.953/99 dispõe sobre o procedimento administrativo para aplicação de penalidades por infrações cometidas nas atividades relativas à indústria do petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis.



### **III.1.1.13 Saúde e segurança do trabalho**

A Lei Federal nº 5.811/72 dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção, refinação e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos.

A Portaria Conjunta MMA/IBAMA nº 259/09 prevê a obrigatoriedade do empreendedor de incluir no EIA/RIMA um item específico sobre as alternativas de tecnologias mais limpas para reduzir os impactos na saúde do trabalhador e no meio ambiente, incluindo poluição térmica, sonora e emissões nocivas ao sistema respiratório, bem como propor programa específico de Segurança, Meio Ambiente e Saúde do trabalhador (SMS), no âmbito do seu Projeto Básico Ambiental (PBA), exigido para obtenção da Licença de Instalação.

Quanto aos produtos destinados à extinção de incêndio, a Portaria INMETRO nº 418/07 aprovou o Regulamento de Avaliação da Conformidade para Pó para Extinção de Incêndio.

A Portaria Interministerial MTE/MS nº 3.257/88 recomenda que em todos os locais de trabalho se adotem medidas restritivas ao hábito de fumar, especialmente onde o ambiente for fechado, a ventilação natural reduzida ou sejam adotados sistemas de condicionamento do ar.

A Portaria MS nº 3.523/98 aprova o Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes ao procedimento de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes do sistema de climatização, para garantir a qualidade do ar de interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados.

Além disso, também cabe apresentar referências a normas regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que versam sobre SMS. A seguir, a **Tabela III.1.1.13-1** faz menção às normas mais relevantes para o presente Estudo.

**Tabela III.1.1.13-1– Normas Regulamentadoras MTE.**

NR	Assunto	NR	Assunto
1	Disposições Gerais	15	Atividades e Operações Perigosas
2	Inspeção Prévia	16	Ergonomia
3	Embargo ou Interdição	17	Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção
4	Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho	18	Líquidos Combustíveis e Inflamáveis
5	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CIPA)	19	Trabalho a Céu Aberto
6	Equipamentos de Proteção Individual (EPI)	20	Proteção Contra Incêndios

NR	Assunto	NR	Assunto
7	Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional	21	Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho
8	Edificações	22	Resíduos Industriais
9	Programas de Prevenção de Riscos Ambientais	23	Sinalização de Segurança
10	Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade	24	Fiscalização e Penalidades
11	Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais	25	Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde
12	Máquinas e Equipamentos	26	Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados
13	Caldeiras e Vasos de Pressão	27	Atividades e Operações Insalubres
14	Fornos		

#### **III.1.1.14 Patrimônio natural e cultural**

Os sítios arqueológicos e pré-históricos constituem patrimônio cultural brasileiro, conforme determinado pela Constituição Federal (Artigo 20, Inciso X e Artigo 216), e são protegidos pela Lei Federal nº 3.924/61, devendo-se observar, no processo de licenciamento ambiental, o que determina a Portaria IPHAN nº 230/02.

#### **III.1.1.15 Educação ambiental**

A Lei nº 9.795/99 (regulamentada pelo Decreto nº 4.281/02) instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Seu Artigo 5º trata dos objetivos fundamentais da educação ambiental.

Destacam-se os Incisos IV e V, que determinam, respectivamente, o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania e o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social.

Entre as medidas associadas que o empreendedor deve tomar durante a implantação e a operação do projeto, descritas detalhadamente no EIA e no PBA, deve haver programas de educação ambiental norteado pelos princípios estabelecidos pela Lei Federal nº 9.795/99.

## **III.1.2 ESFERA ESTADUAL**

### **III.1.2.1 *Licenciamento estadual***

A Lei nº 1.356/88 (alterada pelas Leis nº 1.912/91, nº 2.535/96, nº 2.894/98, nº 3.111/98, nº 4.517/05 e nº 5.000/2007) dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação de EIA-RIMA. A Lei Estadual nº 1.898/91 (alteradas pelas Leis Estaduais nº 3.341/99 e nº 3.471/2000) trata da realização de auditorias ambientais.

O Decreto nº 42.159/09 dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental (SLAM). A Resolução CONEMA nº 002/08 aprova a DZ-077, Diretriz para encerramento de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente. O Decreto nº 42.050/09 disciplina o procedimento de descentralização do licenciamento ambiental mediante a celebração de convênios com os municípios do Estado.

Entre as normas mais recentes, encontram-se: a Resolução INEA nº 007/09, que define a competência do conselho diretor e do diretor presidente para deliberar, respectivamente, sobre processos de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de alto e médio impacto ambiental; a Resolução INEA nº 023/10, que trata de procedimentos para tramitação de processos de licenciamento ambiental; a Resolução INEA nº 032/11, que estabelece critérios para determinação do porte e do potencial poluidor dos empreendimentos e atividades para seu enquadramento nas classes do SLAM; a Resolução INEA nº 037/11, que regulamenta a entrega aos requerentes dos instrumentos do SLAM; e a Resolução INEA nº 048/12, que define o impacto das atividades e empreendimentos para fins de definição da competência para o licenciamento ambiental. A Diretriz DZ-041 trata da realização do Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA-RIMA).

### **III.1.2.2 *Regulamentação específica da atividade***

Destaca-se o Decreto nº 24.270/98, que institui o Programa Setorial de Desenvolvimento da Indústria do Petróleo no Estado.

### **III.1.2.3 *Mudanças climáticas***

No Estado do Rio de Janeiro, o Decreto nº 36.935/05 criou a Comissão Estadual do Protocolo de Kyoto, para implantar e regulamentar os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Estado. A Lei Estadual nº 5.690/10 (regulamentada pelo Decreto Estadual nº 43.216/11) instituiu a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável (PEMC), estabelecendo princípios, diretrizes, objetivos e instrumentos.

A PEMC tem os objetivos de reduzir a emissão de gases do efeito estufa e aumentar sua remoção por sumidouros, fomentar a participação do uso de fontes energéticas renováveis, implantar tecnologias mais econômicas no uso de recursos e na emissão por unidade de produção, favorecer a adaptação dos municípios aos efeitos da mudança climática, preservar, conservar e recuperar os recursos ambientais, consolidar e expandir as áreas protegidas e incentivar o reflorestamento e a recomposição da cobertura vegetal em áreas degradadas. Além disso, há um viés de benefício às populações mais vulneráveis e residentes nas proximidades dos empreendimentos geradores de impacto.

#### **III.1.2.4      Ruídos e emissões atmosféricas**

Destaca-se a vigência de normas sobre emissão de ruídos e sua regulamentação. Em 1969, o Decreto-Lei nº 112 (regulamentado pelo Decreto nº 3.217/69) fixou normas de proteção, e em 1977 a Lei nº 126 também tratou da proteção contra a poluição sonora (bem como suas alterações posteriores). Em 2004, a Lei nº 4.324 estabeleceu diretriz visando à garantia da saúde auditiva da população do Estado.

Quanto à emissão de outros poluentes atmosféricos, encontram-se regulamentações específicas dadas por meio de outros diplomas. Entre eles, está o Decreto nº 779/67, que aprovou o Regulamento do Controle de Poluição Atmosférica do Estado. A Deliberação CECA nº 4.814/2007 aprova a DZ-572-R4, Diretriz do Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta por Veículos Automotores do Ciclo Diesel (PROCON-FUMAÇA PRETA).

A Deliberação CECA nº 311/78 aprova a IT-802-R1, Instrução Técnica para Apresentação de Projetos de Sistema de Controle de Poluição do Ar. Por sua vez, a Deliberação CECA nº 935/86 aprova a DZ-545-R5, Diretriz de Implantação de Autocontrole de Emissões para a Atmosfera (PROCON-AR). A NT-603 traz critérios e padrões de qualidade do ar ambiente.

A Resolução Conjunta SEA/FEEMA nº 022/07 determina às empresas a inclusão de inventário de emissão de gases de efeito estufa (GEE) nos processos de licenciamento ambiental. A DZ-574-R0, que tratava de Padrões de Emissão de Poluentes do Ar para Destruição Térmica de Resíduos, foi revogada por efeito da Resolução CONEMA nº 005/08.

Já a Resolução CONEMA nº 026/10 aprova a NOP INEA 01, que trata do Programa de Monitoramento de Emissões de Fontes Fixas para a Atmosfera (PROMON-AR). A DZ-525 (alterada pela Deliberação CECA nº 648/85) traz os critérios para formulação de exigências de controle e estabelecimento de padrões de emissão para atividades industriais poluidoras do ar.

### **III.1.2.5      Recursos hídricos e lançamento de efluentes**

No Estado do Rio de Janeiro, o Decreto nº 2.330/79 instituiu o Sistema de Proteção dos Lagos e Cursos d'Água do Estado, a Lei Estadual nº 650/83 tratou da Política Estadual de Defesa e Proteção das Bacias Fluviais e Lacustres e a Lei Estadual nº 3.239/99 instituiu a Política Estadual dos Recursos Hídricos e criou o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. Em harmonia com a Política, a Portaria SERLA nº 567/07 estabeleceu critérios e procedimentos para cadastro, requerimento e emissão de outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio do Estado.

Em se tratando do controle específico dos efluentes, a Deliberação CECA nº 4.887/07 aprovou a DZ-205-R6, Diretriz de Controle de Carga Orgânica em Efluentes Líquidos de Origem Industrial; a Deliberação CECA nº 1.948/90 aprovou a NT-213-R4, que dá Critérios e Padrões para Controle da Toxicidade em Efluentes Líquidos Industriais; e a Deliberação CECA nº 1.079/87 aprovou a DZ-209-R2, Diretriz de Controle de Efluentes Líquidos Industriais.

Já a Lei Estadual nº 5.669/10 estabeleceu a obrigatoriedade de empreendimentos emissores de poluentes líquidos de instalarem caixa de inspeção. A DZ-942 (aprovada pela Deliberação CECA nº 1.995/90) trata do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos (PROCON-ÁGUA). A DZ-703 (com revisão aprovada pela Deliberação CECA nº 819/78) traz os roteiros para apresentação de projetos para tratamento de efluentes líquidos. A NT-202, com revisão aprovada pela Deliberação CECA nº 1.007/86, traz critérios e padrões para lançamento de efluentes líquidos.

A Resolução CERHI nº 018/06 aprova a definição das Regiões Hidrográficas do Rio de Janeiro. O território do Estado fica dividido em 10 (dez) Regiões Hidrográficas (RHs).

### **III.1.2.6      Resíduos e qualidade dos solos**

Vale destacar o Decreto-Lei nº 134/75, que tratou da prevenção e do controle da poluição do meio ambiente no Estado. O Decreto nº 8.975/86 aprovou o Regulamento dos Serviços de Controle, Coleta e Destino Final dos Despejos Industriais do Estado. A Lei Estadual nº 1.361/88 regulamentou a estocagem, o processamento e a disposição final de resíduos industriais tóxicos. A Lei Estadual nº 2.110/93 criou o Sistema Estadual de Recolhimento de Pilhas e Baterias Usadas.

Em 1992, a Lei nº 2.011 estabeleceu a obrigatoriedade de implantação do Programa de Redução de Resíduos. De forma complementar, a Lei nº 3.007/98 dispunha sobre transporte, armazenamento e queima de resíduos tóxicos. Quatro anos depois, com o Decreto nº 32.537/02, o Estado instituiu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Ecopolos de Reciclagem.

Entre os diplomas mais recentes, está a Lei Estadual nº 4.191/03 (regulamentada pelo Decreto Estadual nº 41.084, com regulamentação estendida pelo Decreto nº



41.122/08), que instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos. No ano seguinte, a Deliberação CECA nº 4.497/04 aprovou a DZ-1310-R7, do Sistema de Manifesto de Resíduos. A DZ-1311-R4 foi revogada por efeito da Resolução CONEMA nº 006/08, e o Decreto Estadual nº 42.930/11, recente, instituiu o Programa Estadual Pacto pelo Saneamento.

A DZ-1841, com revisão aprovada pela Deliberação CECA/CN nº 4.498/04, trata do licenciamento ambiental e da autorização do encerramento de atividades que realizem quaisquer tipos de manipulação, acondicionamento e armazenamento de combustíveis, graxas, lubrificantes e seus respectivos resíduos. A DZ-1313, aprovada pela Deliberação CECA nº 3.997/01, trata da impermeabilização inferior e superior de aterros de resíduos industriais perigosos. A DZ-949, aprovada pela Deliberação CECA Nº 307/82, aborda o Programa Bolsa de Resíduos. A IT-1301, com revisão aprovada pela Deliberação CECA nº 461/1984, trata da apresentação de alternativas de resíduos sólidos de locais para disposição final.

### **III.1.2.7      *Flora e biodiversidade***

No Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 2.049/02 (alterada pela Lei Estadual nº 5.990/11) determinou a proibição de queimadas da vegetação no Estado em áreas e locais que especifica. Existe, ainda, o Programa de Fomento ao Desenvolvimento Industrial Sustentável (Rio Ecopolo), instituído pelo Decreto Estadual nº 31.339/02.

### **III.1.2.8      *Áreas de Preservação Permanente***

O Decreto Estadual nº 41.612/08 tratou da definição de restingas no Estado do Rio de Janeiro e estabeleceu a tipologia e a caracterização ambiental da vegetação de restinga. Já o Decreto Estadual nº 42.356/10 abordou tratamento e demarcação de faixas marginais de proteção nos processos de licenciamento ambiental.

### **III.1.2.9      *Unidades de Conservação***

O Decreto-Lei Estadual nº 131/69 demarca áreas prioritárias para a criação de Reservas Florestais Estaduais. A Resolução SEMADUR nº 078/04 criou a Câmara de Compensação Ambiental do Estado, alterada pelas Resoluções SEA nº 08/07 e 25/07. A Deliberação CECA nº 4.888/07 estabelece procedimentos para gradação de impacto ambiental para fins de compensação ambiental. Todavia, observam-se as inovações instituídas pelos Decretos Federais nº 4.340/02 e 6.848/09, já analisados.

### **III.1.2.10     *Proteção à fauna***

A Lei Estadual nº 3.900/02 instituiu o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

### **III.1.2.11      *Uso e ocupação do solo***

O Decreto nº 26.058/00 definiu as Macrorregiões Ambientais do Estado do Rio de Janeiro. O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado foi instituído por efeito da Lei nº 5.067/07, e o Decreto Estadual nº 42.653/10 definiu os parâmetros para a implantação de corredores logísticos no Estado.

### **III.1.2.12      *Infrações ambientais***

A Deliberação CECA nº 001/77 regulamenta a aplicação de penalidades previstas nos Decretos nº 2.721/69 e nº 779/67. A Lei Estadual nº 3.467/00 estabeleceu sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente. A Lei Estadual nº 5.438/09, por sua vez, instituiu o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Rio de Janeiro.

A Resolução INEA nº 028/10 disciplina o procedimento administrativo de apuração de infração ambiental e define os atos administrativos utilizados nas ações de fiscalização do Estado.

### **III.1.2.13      *Saúde e segurança do trabalho***

Em âmbito estadual, a Lei nº 3.623/01 estabelece critérios para determinação de padrões de qualidade do ambiente de trabalho e de proteção à saúde dos trabalhadores do Rio de Janeiro.

### **III.1.2.14      *Resposta a emergências***

A Lei Estadual nº 3.801/02 institui e impõe normas de segurança para operações de exploração, produção, estocagem e transporte de petróleo e seus derivados, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Já a Lei Estadual nº 3.975/02 estabelece normas para o uso de agentes extintores em sistemas de segurança contra incêndios.

A Portaria Conjunta ANP/INMETRO nº 001/00 aprova o Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural, que estabelece as condições e requisitos mínimos para os sistemas de medição de petróleo e gás natural, com vistas a garantir resultados acurados e completos. A Portaria ANP nº 249/00 aprova o Regulamento Técnico de Queimas e Perdas de Petróleo e Gás Natural, que dispõe sobre as questões relacionadas com as queimas em flares e as perdas de gás natural, com os limites máximos de queimas e perdas autorizadas e não sujeitas ao pagamento de *royalties* e estabelece parâmetros para o controle das queimas e

perdas de gás natural, de acordo com o instituído na Lei Federal nº 9.478/97 e no Decreto Federal nº 2.705/98.

### **III.1.2.15      *Educação ambiental***

A Lei nº 3.325/99 instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental e criou o Programa Estadual de Educação Ambiental, em harmonia com a regulamentação nacional do assunto.

## **III.1.3      ESFERA MUNICIPAL**

### **III.1.3.1      *Proteção ao meio ambiente***

No município de Itaboraí, a Política Ambiental do Município foi sinalizada pela sua Lei Orgânica, de 1990. No Capítulo VI do Título VI, das Políticas Municipais, são estabelecidos princípios e disposições sobre o controle e a preservação do meio ambiente, obrigações do Poder Público e instrumentos de sanção. A Lei Orgânica estabelece como áreas de relevante interesse ecológico a Serra do Barbosão, o Manguezal de Itambi, a Serra de Tomascar e o Sítio paleontológico de São José.

A Lei Complementar nº 071/08 instituiu o Código Municipal do Meio Ambiente. A Lei Municipal nº 2.122/09 trata das sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente no Município de Itaboraí, e o Decreto Municipal nº 061/10 trata da mesma matéria, estabelecendo procedimentos administrativos a serem adotados na constatação de infrações e aplicação das penalidades previstas na legislação ambiental municipal. A Lei nº 2.176/10 dispõe sobre a Política Ambiental do Município.

### **III.1.3.2      *Resíduos sólidos***

No Município de Itaboraí, a Lei Complementar nº 072/08 criou o Plano Diretor de Resíduos Sólidos, com seus princípios, objetivos e instrumentos, visando a estabelecer diretrizes e normas para o gerenciamento dos diferentes resíduos sólidos. O Decreto Municipal nº 043/10 regulamenta a destinação de resíduos de serviços de saúde.

### **III.1.3.3      *Uso e ocupação do solo***

No município de Itaboraí, a Lei Complementar nº 054/06 instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município, estabelecendo as bases técnicas e administrativas para a organização do território municipal, para a provisão de infraestrutura e serviços, para a aplicação efetiva da função social da propriedade, para garantia o acesso à habitação por setores mais vulneráveis da população e para a gestão participativa do desenvolvimento municipal integrado e sustentável

pretendido. Conforme o Plano Diretor, o COMPERJ está localizado em Zona de Uso Exclusivamente industrial (ZEI). O Zoneamento do Município é tratado pelas Leis Municipais nº 823/86, nº 839/86, nº 984/90, nº 1.011/90, nº 1.065/91, nº 006/93, nº 1.428/97, nº 1.922/05, nº 1.939/05 e 2.084/08. A Lei Municipal nº 769/84 estabeleceu o parcelamento do solo urbano.

#### **III.1.3.4      *Atos Internacionais***

A seguir, fazem-se referências a atos internacionais, dos quais o Brasil é signatário, e têm relação e são relevantes para a atividade.

Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, 1969 – Decreto Federal nº 79.437/77.

Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, 1987 – Decreto Federal nº 181/91, Decreto Federal nº 5.280/04 e Portaria IBAMA nº 029/95.

Código Internacional para Sistemas de Segurança contra Incêndio.

Código Internacional para Uso de Procedimentos de Teste de Incêndio – Portaria CCA-IMO nº 011/08.

Agenda 21, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro (ECO-92).

Convenção sobre Diversidade Biológica, 1994.

Convenção de Viena para Proteção da Camada de Ozônio, 1985 – Decreto Federal nº 99.280/90.